

## O TURISMO SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL EL TURISMO DESDE LA PERSPECTIVA DEL DESARROLLO SOCIAL SOSTENIBLE

### TOURISM FROM THE VIEWPOINT OF SUSTAINABLE SOCIAL DEVELOPMENT

Recebido em: 18/08/2023

Aceito em: 19/06/2024

Publicado: 03/08/2024

Juliani Borchardt da Silva<sup>1</sup>  
Lucimary Leiria Fraga<sup>2</sup>  
Cleber Magalhães Tobias<sup>3</sup>

**Resumo:** O artigo busca discutir o turismo sob a ótica do desenvolvimento social sustentável. Como campo multidisciplinar, o segmento é responsável por impactos e influências no campo social, cultural, patrimonial e econômico, defendendo ser planejado e operacionalizado de maneira a contribuir com a superação dos problemas e limites inerentes a cada localidade. Como metodologia utilizou-se neste estudo referências bibliográficas sobre o tema, oportunidade em que se discutiu de forma ampla e interdisciplinar aspectos relevantes ao setor e sua relação com o desenvolvimento social.

**Palavras-chave:** Turismo; Desenvolvimento sustentável.

**Resumen:** El artículo busca discutir el turismo desde la perspectiva del desarrollo social sostenible. Como campo multidisciplinario, el segmento es responsable de impactos e influencias en los ámbitos social, cultural, patrimonial y económico, por lo que debe ser planificado y operacionalizado de manera que contribuya a superar los problemas y límites inherentes a cada localidad. Como metodología, en este estudio se utilizaron referencias bibliográficas sobre el tema, en las que se discutieron de forma amplia e interdisciplinaria aspectos relevantes para el sector y su relación con el desarrollo social.

**Palabras clave:** Turismo; Desarrollo sostenible.

**Abstract:** The paper seeks to discuss tourism from the perspective of sustainable social development. As a multidisciplinary field, the segment is responsible for impact and influence in the social, cultural, heritage, and economic areas. It must be planned and operationalized in order to contribute to overcoming the problems and limits inherent to each location. As methodology was used in this study bibliographic references based on the subject, opportunities in which aspects relevant to the sector and its relationship with social development were discussed in a broad and interdisciplinary way.

**Keywords:** Tourism; Sustainable development.

<sup>1</sup> Pós-doutora em Direito pela URI Campus Santo Ângelo (2022). Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (2021- UFPEL). Email: julianiborchardt@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda em Direitos Humanos (UNIJUÍ). Bolsista Integral PROSUC/CAPES. Mestra em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo. Mestra em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Cerro Largo. E-mail: lucimary23@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Pesquisador na área do desenvolvimento, turismo e membro do grupo de pesquisa sobre "Racionalidades e o processo de tomada de decisões em instituições públicas e privadas da Região Noroeste do Rio Grande do Sul". E-mail: clebermagalhaes@uffs.edu.br

## INTRODUÇÃO

O turismo, como fenômeno social, tem sido objeto de estudo de distintas áreas do conhecimento, visto a gama de campos que esse setor impacta e influência na sociedade globalizada. Sob essa perspectiva, pela abrangência e possibilidades de seus efeitos nas comunidades, é, atualmente, realidade que direta e indiretamente, impacta a vida e a forma como os sujeitos de determinado lugar se relacionam entre si e com o local onde habitam. Tornam-se necessárias, neste cenário, discussões acerca de como o segmento turístico se conecta e se interrelaciona, pelo viés do desenvolvimento, com aqueles elementos circunscritos à vida dos indivíduos de uma localidade.

Nesta seara, esse artigo possui como objetivo central debater a relação entre turismo e desenvolvimento humano sustentável. Para isso, utiliza-se como metodologia predominante a pesquisa bibliográfica sobre a temática, oportunidade em que se apresenta um referencial teórico que objetiva compreender os impactos e as abordagens que (e se) o setor do turismo efetiva no campo social, e nas localidades que o operacionalizam como instrumento de desenvolvimento.

Denota-se que as principais discussões acerca do segmento turístico se efetivam, basicamente, pelo viés econômico, o qual impacta as comunidades com a entrada de divisas, ou seja, do “dinheiro novo”. Com isso, se compreende que, indiscutivelmente, o turismo efetiva o incremento financeiro nos diferentes prestadores de serviço do *trade*, como por exemplo, em hotéis, restaurantes e atrativos construídos e efetivados, principalmente, para a manutenção e permanência do turista pelo maior tempo possível, na cidade e região receptora.

Entretanto, esta abordagem não pode se fechar em si mesma, sendo a única considerada, principalmente quando nas localidades que almejam um desenvolvimento sustentável, devendo aspectos sociais, humanos, patrimoniais e ambientais estarem inseridos nas perspectivas de planejamento, gestão e implementação do segmento ora estudado.

É inegável, ainda, que o efeito econômico resultante da atividade turística vá além de empreendimentos hoteleiros, gastronômicos ou dos atrativos em si. Isso porque, o chamado “efeito multiplicador” impacta financeiramente toda uma cadeia de prestadores de serviços que indiretamente se beneficiam com a demanda de turistas em determinado local. Desta forma, o segmento é cada vez mais vislumbrado como alternativa econômica em localidades que objetivam crescimento econômico em diferentes áreas.

Por isso que se denomina o campo de abrangência do setor turístico de segmento, pois envolve uma gama de setores que, direta e indiretamente, estão interligados e dependem para que toda uma cadeia possa efetivamente operar e gerar resultados. No entanto, o desafio que se apresenta é a de que todas as operações que envolvam o setor estejam organizadas de modo a preservar e auxiliar tanto a manutenção e o respeito às identidades locais bem como o meio ambiente ali existente.

Não obstante, a atividade turística é vislumbrada como uma possibilidade para que governo, sociedade civil organizada, empreendedores e entidades potencializem elementos antes não consagrados nos campos culturais, patrimoniais, identitários e econômicos do contexto local. O turismo emerge, desta feita, como meio para que os sujeitos conheçam e reconheçam seu próprio local de vivência e de práticas como algo relevante ao coletivo e que pode, ao mesmo tempo em que é vivido, servir como alternativa de renda e de desenvolvimento econômico à população.

Desta feita, é imprescindível que toda e qualquer ação direcionada ao turismo tenha como foco primeiro a população local e, em segundo plano, o público externo. Diz-se isso pois, em primeira análise, o turismo deve, primeiramente, suprir as necessidades locais, atendendo suas demandas e, só desta forma, seja efetivamente consagrado e reconhecido pelos indivíduos e grupos “de fora”.

As repercussões dos impactos econômicos gerados pelo setor turístico podem ser vislumbradas em diferentes áreas, sejam elas ambientais, culturais, sociais e humanas. Isso porque, a depender da maneira com o setor é estruturado, pode causar a degradação ambiental, a perda de referências culturais, patrimoniais e a exploração humana, segregando e excluindo a própria comunidade em sua operacionalização.

Analisar, portanto, os processos que envolvem os efeitos positivos e/ou negativos do turismo, principalmente no que diz respeito àquilo que auxilia ou impede o desenvolvimento humano por meio de um setor tão plural, dinâmico e paradoxal como o turismo, torna-se fundamental no contexto atual onde o índice de crescimento da atividade, no Brasil, no ano de 2021, foi de 21% segundo dados do IBGE.

Considerar, assim, os aspectos e efeitos humanos na atividade turística é fundamental para que o próprio setor se mantenha e cresça, visto ele depender, de recursos naturais e culturais, algo que infelizmente não é vislumbrado em muitos projetos e práticas do turismo, o que acarreta prejuízos e limitações do desenvolvimento da atividade, e impede, por

consequência, que a própria comunidade supere suas demandas sociais, humanas, econômicas e de infraestrutura.

## O SEGMENTO TURÍSTICO PELO VIÉS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

O turismo, enquanto atividade econômica, possui a capacidade de gerar efeitos positivos e/ou negativos em sua operacionalização nas comunidades. A forma como o setor é planejado e articulado entre governo, empresários e sociedade, determinará, *a posteriori*, os impactos na vida de praticamente toda a comunidade. Daí a necessidade de articulação e de canais de participação a fim de que todos possam, dentro de sua área e competência, deliberar e atuar acerca das estratégias e implementação de empreendimentos turísticos nas localidades.

Os impactos urbanos podem ser apontados da seguinte forma: *a)* economia local e distribuição de renda; *b)* impacto cultural nas comunidades tradicionais; *c)* desenvolvimento de infraestrutura básica; *d)* impactos ambientais; *e)* participação social. Camargo (2003) aponta a ideia e a necessidade do desenvolvimento sustentável como meio de atender a certas demandas básicas e superar os desafios existentes no contexto social, urbano e humano das comunidades.

Presume-se, deste modo, que o desenvolvimento sustentável deva, ao mesmo tempo, atender as necessidades do tempo presente sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras possam atender suas próprias demandas (CMMAD, 1991, p. 46). Tal perspectiva considera que as comunidades possuam demandas nas mais diversas áreas, onde aqueles mais necessitados precisam estar inseridos e contemplados na elaboração de programas, estratégias e políticas públicas que permitam a superação dos problemas e a sustentabilidade do meio em que vivem também para as gerações futuras.

Busca-se, por meio de políticas públicas eficazes, que os mais necessitados possuam a garantia e o direito de terem, viverem e gozarem da vida e dos recursos disponíveis em meio a forma sustentável e em benefício do coletivo, e não que estes recursos estejam a serviço de alguns poucos apenas. Nogueira (1987, p. 40) afirma esta ideia ao defender que o planejamento de qualquer empreendimento turístico deve assegurar que este atenda às necessidades sociais da comunidade onde está inserido.

O setor estudado, demanda uma considerável soma de investimentos financeiros, os quais provêm, em grande monta, também do setor público, o qual possui a responsabilidade do melhor distribuir, investir e operacionalizar os recursos públicos a fim de que estes

efetivem os melhores resultados à sociedade como um todo. É objetivando, portanto, o coletivo, que toda e qualquer ação no segmento turístico deve considerar, sendo esta premissa fundamental para a sustentabilidade e manutenção do lugar ao longo do tempo em seus aspectos culturais, ambientais, humanos e patrimoniais.

Na perspectiva do autor acima citado (NOGUEIRA, 1997, p. 41-42), as estratégias bem definidas do coletivo podem resultar também em um maior engajamento da comunidade naquelas questões coletivas mais latentes a serem resolvidas socialmente, onde “o objetivo econômico deve ser função dos objetivos social e cultural, e não o inverso”.

Assim, pode-se dizer que inicialmente o setor turístico deve ser benéfico aos moradores e sujeitos do local onde é operado, sendo as prioridades e necessidades destes supridas para após ser efetivamente aderente às necessidades e expectativas do turista, ou seja, daquele que vem de fora. É neste cenário que a vida cultural, ambiental e social é considerada como aquelas que devem ser respeitadas, valorizadas e preservadas a fim de que os indivíduos possam, ao longo do tempo, manterem suas referências históricas, culturais e ambientais, promovendo conseqüentemente qualidade de vida e desenvolvimento social no presente e para o futuro.

Pensar o desenvolvimento, neste viés, exige operacionalizar uma lógica que não vislumbre o lucro a qualquer custo, mas que coloque os aspectos econômicos a serviço de práticas que efetivem o bem estar social. Ações desenvolvimentistas passam, dentre outros aspectos, pela experiência e entendimento de que os recursos naturais são limitados e que os elementos culturais, humanos, tradicionais e patrimoniais devem, igualmente, ser protegidos e utilizados de forma sustentável, pois neles estão alicerçados as identidades dos sujeitos.

É necessário, neste íterim, que o modelo de práticas do turismo esteja alinhado às expectativas e necessidades sociais, onde os privilégios de seus ganhos não sejam para poucos, conforme aduz Celso Furtado (1974, p. 75). Cabe apontar ainda, que em se tratando do segmento turístico, há lógicas de desenvolvimento do território que, conforme defendem autores como Morin (1999), Sampaio (2005) e Sachs (1986), visam, em primeira instância, os grupos humanos, voltando assim para a maioria dos indivíduos, suas particularidades e necessidades.

Em grande medida Sachs (2004), traz contribuições para a compreensão do desenvolvimento, apresentando não apenas um conceito específico de desenvolvimento, mas uma série de contribuições ao longo de sua produção, onde o desenvolvimento satisfaz muito

mais à esfera ética do que a econômica (SACHS, 1991). Nesse sentido, é por meio das diferentes dimensões, que o desenvolvimento se apresenta de forma simultânea como incluyente, do ponto de vista social, sustentável, do ponto de vista ecológico e sustentado - economicamente viável - do ponto de vista econômico (SACHS, 2003; 2004).

Desta maneira, pensar a qualidade de vida dos sujeitos é, *a priori*, compreender que esta passa pelo trabalho, mas também pelo acesso à natureza, bens culturais, lazer, educação, entretenimento e saúde, o que também se traduz nas diferentes dimensões do desenvolvimento. Assim, os lugares precisam respeitar o direito humano das pessoas, viabilizando desta maneira que os problemas sociais, desigualdades, violência e degradação ambiental sejam superadas em prol de um ambiente favorável à vida coletiva e seu bem-estar, não apenas no presente, mas também para o futuro.

A relação entre desenvolvimento e sustentabilidade no turismo, portanto, tem evoluído ao longo dos anos nas diversas declarações e documentos oficiais produzidos pelas organizações do setor turístico (HANAI, 2011), de modo que o reflexo destas ações pode ser percebido tanto no contexto dos processos de globalização, quanto na integração regional. Nesse ínterim, o aumento da riqueza, e principalmente, o da qualidade de vida da população, ganham dinamismo quando associadas às atividades turísticas. (SILVEIRA, 2002).

Ressalta-se, neste escopo, que a própria Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001), define o turismo sustentável como aquele que efetiva uma gestão sustentável dos recursos naturais, culturais, respeitando as paisagens, a biodiversidade e o patrimônio cultural das comunidades, buscando satisfazer e alinhar as necessidades atuais sem comprometer o acesso destes bens pelas gerações futuras. Cabe destacar ainda que, neste contexto, se inserem também aquelas políticas que visem garantir, por exemplo, as comunidades tradicionais e indígenas naqueles aspectos relativos ao acesso à terra e aos meios necessários de sobrevivência de suas práticas, as quais estão ligadas, basicamente, a determinado lugar ou espaço.

Do mesmo modo, considera-se fundamental o processo de participação social nas decisões e planejamento do *trade*, onde os moradores devem ser consultados bem como poderem direcionar suas demandas e necessidades, a fim de que o planejamento e a gestão estejam articulada de maneira participativa aos diferentes grupos e sujeitos que compõem a comunidade, de forma que estes sejam os verdadeiros protagonistas de seu local e da atividade turística ali operacionalizada. É o que defende Scheider ao apontar que:

[...] o estudo do desenvolvimento leva a análise dos processos de natureza social, que ocorrem por intermédio das relações e interações entre grupos humanos que vão mudando a natureza, moldando o espaço e os territórios em que vivem, adaptando e melhorando os meios de produção que utilizam, bem como transformando sua cultura e seus valores (2007, p. 04).

Indubitavelmente, as ações humanas, sejam elas de quaisquer níveis e intensidades, impactam, de alguma forma, o meio, adaptando, moldando e transformando a paisagem e o uso do espaço, de modo a gerar tanto efeitos positivos, quanto negativos. Neste ínterim, os conceitos do desenvolvimento podem ser alçados de modo a fazer com que as práticas e as comunidades superem seus problemas e desigualdades sociais.

É o que Coriolano (2003, p. 162) define como sendo desenvolvimento sustentável, oportunidade em que os processos produtivos de riquezas são partilhados e o cerne da tomada de decisão baseia-se no “homem” e em suas necessidades. A lógica, portanto, é que o segmento turístico seja operacionalizado de forma a suprir os problemas coletivos, sociais, financeiros e estruturais das comunidades, influenciando conseqüentemente na maneira como os indivíduos percebem e vivem o seu local.

Para tal efeito, é necessário, além de planejamento e participação popular, que as gestões (públicas e privadas) sejam operacionalizadas com profissionais técnicos e habilitados no setor turístico, o qual, por ser interdisciplinar, possuirá condições de vislumbrar e encaminhar de forma participativa e equânime às demandas e estratégias para o desenvolvimento do *trade*.

Isso porque, como processo dinâmico, o desenvolvimento pode, e deve, ser direcionado à implantação de práticas que reconheçam, valorizem e potencializem os saberes e os fazeres dos sujeitos integrantes da comunidade, de modo a salvaguardar e manter as tradições, as paisagens e os patrimônios relevantes às identidades locais, mesmo que estas, em suas dinâmicas, se alterem e adaptem com o passar do tempo.

O desenvolvimento, como fenômeno complexo, deve ser compreendido nas diferentes esferas que o efetivam, visto as sociedades se construírem cada vez mais plurais em interesses, identidades e potencialidades que se vinculam, complementam e distanciam de acordo com a maneira que a comunidade se articula. Assim sendo, todo lugar pode (e deve) se desenvolver, independente da área. No entanto, não há uma receita ou estratégias padrões que possam ser reproduzidas facilmente em todos os contextos. Cada grupo deve compreender seu

território, suas relações e vocalidades de forma a produzir estratégias e ações que objetivem, em primeira instância e de forma particular, qualidade de vida aos seus moradores.

Coriolano (2003, p. 166) reforça este pensamento ao defender que a região ou país que decide se desenvolver passa por intensos processos de alteração e transformação, principalmente de ordem social. Segundo a autora, o primeiro investimento que deve ser efetivado é no campo da educação, visto o conhecimento resultar em cidadãos que não atenderão apenas aos ditames do mercado, mas sim voltam-se a áreas como cultura, arte, lazer e turismo, considerando estes aspectos igualmente relevantes à constituição e bem estar de uma sociedade como um todo.

Como bem lembra a autora supracitada (CORIOLANO, 2003, p. 169), os problemas sociais, a concentração de renda e as desigualdades inviabilizam a própria promoção do turismo como fonte e alternativa de desenvolvimento local. Em sua concepção, faltam, na atualidade, modelos de gestão que deem conta de articular distintos aspectos sociais no desenvolvimento turístico.

Geralmente, sua operacionalização é efetivada exclusivamente pelo viés econômico e/ou exploratório, sendo estes os modelos convencionais produzidos tanto no campo público quanto privado. Tal característica se deve, basicamente, aos processos de globalização onde os resultados e a competitividade comercial ocorrem instantaneamente, fazendo com que a qualidade de vida, inclusão, proteção patrimonial e ambiental permaneçam em último plano na elaboração dos planos e na gestão do *trade* turístico, principalmente aqueles produzidos por profissionais não habilitados e qualificados na área.

Tal perspectiva é trazida também pelo geógrafo Milton Santos (1979) ao defender que a evolução da pobreza e das desigualdades passam, dentre outros elementos, pela maneira como os indivíduos se relacionam e vislumbram suas cidades. O acesso ao lugar e aos bens ambientais e patrimoniais comuns devem ser acessíveis e socializados de forma coletiva, e que os empreendimentos e iniciativas do turismo possibilitem que os pequenos empreendedores possam ser inseridos e atuem, gerando assim trabalho, renda, oportunidades e qualidade de vida.

O bem-estar das populações locais, no turismo, é indispensável no que se refere ao planejamento do segmento, e passa, necessariamente pela participação de diferentes atores e agentes sociais bem como pelo reconhecimento das distintas culturas e sujeitos que compõem o local. Reprodução e cópias de atrativos consolidados em outros lugares é uma das



estratégias erradas utilizadas no investimento do setor turístico. Isso porque, cada local é composto por diferentes grupos e identidades que na prática se articulam e se vislumbram de maneira diversa. A trajetória histórica e cultural de cada grupo é fundamental na compreensão de suas dinâmicas e na operacionalização de estratégias direcionadas ao turismo a médio e longo prazo.

É fácil, portanto, indicar que o desenvolvimento social da atividade turística está diretamente ligado ao engajamento que as instituições públicas, privadas e comunidade são capazes de produzir. O engajamento significa, *a priori*, um quadro de ação, comprometimento e conexão de diferentes sujeitos e entidades, que na busca de resultados comuns, são capazes de se articular e promover estratégias eficazes em determinada área. A perspectiva do desenvolvimento local acontece quando se direciona a dimensão humana e as pessoas envolvidas são beneficiadas em seus territórios. O turismo se vincula a esta perspectiva, no intuito de propiciar melhorias nos espaços onde as atividades turísticas são desenvolvidas sustentavelmente.

Sabe-se que a produção de uma agenda ambiental e social a nível global é um desafio na realidade atual. Deste modo, uma articulação regional pode ser alternativa no que se refere à estruturação de políticas públicas e sociais que visem o desenvolvimento do setor turístico por meio de práticas sustentáveis nas esferas ambientais, culturais e patrimoniais.

É importante destacar, neste contexto, que há no mercado turístico uma considerável parcela de clientes que consideram critérios de sustentabilidade no momento da escolha por um ou outro destino. Isso quer dizer que há, em contramão a degradação ambiental e patrimonial, uma tendência por regiões que possuam estratégias de valorização do meio ambiente e das comunidades tradicionais, tornando assim o processo de escolha do destino diretamente influenciado por aquelas questões ligadas à forma como o local gere e trata seus patrimônios e referências ambientais e culturais.

Minhoto e Martins (2001, p. 81) estabelecem como premissa ao desenvolvimento social a efetivação de uma articulação em rede de todos os sujeitos e organizações envolvidas no processo de operacionalização do turismo. Ressaltam que tais processos maximizam e integram, oportunidade em que os objetivos e metas comuns podem ser geridos e colocados de forma dinâmica e constante para que as decisões sejam produzidas de maneira coletiva e integrada.

Destacam ainda, que a globalização impôs a necessidade tecnológica como peça fundamental em todas as articulações e relações econômicas sociais dela decorrentes. Deste modo, as formas de produção, criação e de coordenação de todos os mercados dependem, basicamente, da rapidez da comunicação e articulação dos grupos e entidades em prol de um determinado objetivo.

Esta característica faz com que se operacionalize as condições necessárias para que as ações planejadas sejam efetivadas em prol do coletivo. As redes de cooperação são, portanto, alternativas no segmento turístico quando possibilitam a montagem de uma cadeia de atores sociais e entidades engajadas no desenvolvimento do setor. Neste escopo, a OMT aponta que:

O turismo, sob as bases da 'sustentabilidade', apresenta maior potencial para a maximização dos benefícios, sejam eles econômicos, sociais ou ambientais. É capaz de promover a qualidade de vida das populações locais, oferecer maior qualidade das experiências turísticas ao visitante e levar à proteção do ambiente visitado, garantindo a manutenção do patrimônio ambiental para as comunidades locais e visitantes que dele dependem intimamente (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003).

Indubitavelmente, há impactos positivos e negativos, em toda operacionalização do turismo, o que torna necessário que o mesmo seja efetivado de forma equilibrada, contemplando no seu planejamento o bem estar social, cultural e ambiental da comunidade, o que resume-se considerar todo o ambiente, seja ele ambiental ou patrimonial, bem como a paisagem e as práticas culturais que, direta ou indiretamente, são afetadas, de alguma maneira, com a criação de atrativos e pela chegada, muitas vezes de forma maciça, de viajantes e turistas, que como personagens exógenos, inserem discursos e práticas no contato local, forçando alterações indesejadas ao ambiente visitado.

Da mesma maneira, a criação de atrativos, espaços e narrativas contrárias ou fantasiosas acerca da história e da cultura da comunidade local, pode fazer com que esta absorva e produza referências identitárias baseadas naquilo produzido e embutido artificialmente pelos agentes e investidores do turismo, como verdade e representação das suas culturas, fazendo com que se perca, ao longo do tempo, as referências tradicionais do grupo. É o que traz Dias ao defender que o turismo está:

Cada vez mais se incorporando como um componente da qualidade de vida do ser humano, atividade essencial de aproximação dos povos e de superação de barreiras raciais e étnicas existentes. No entanto, em que pesem os importantes aspectos positivos do desenvolvimento turístico, há problemas que devem ser contornados e

DOI: <https://doi.org/10.62236/missoes.v10i1.212>

ISSN: 2447-0244

que podem trazer graves consequências para qualquer localidade, e que só poderão ser evitados com o rigoroso planejamento da atividade [...] (DIAS, 2003, p. 13).

No aspecto positivo, o turismo se apresenta aos sujeitos como uma relevante prática de conexão e experiência diante do diferente, daquilo que é novo e até então não explorado. As motivações das viagens, por mais diversas que sejam, acarretarão, de alguma forma, o contato entre sujeitos e culturas distintas. É nesta prerrogativa que as políticas de desenvolvimento do setor devem compreender a necessidade de utilização dos recursos materiais e humanos existentes de maneira a garantir sua continuidade com o passar do tempo. Abarca-se, neste território, não apenas a noção do patrimônio material estratificado como tal, mas também as de característica imaterial, conforme defende Canclini ao argumentar que a:

[...] noção de patrimônio atualmente não inclui apenas a herança de cada povo, as expressões “mortas” de sua cultura – sítios arqueológicos, arquitetura colonial, antigos objetos em desuso, mas também os bens culturais visíveis e invisíveis, como os novos artesanatos, línguas, conhecimentos, documentação e comunicação do que se considera apropriado através das indústrias culturais (CANCLINI, 1994, p. 95).

O turismo está diretamente relacionado com todas estas facetas da vida humana, suas relações e produções materiais e simbólicas. Isso porque, a indústria da cultura está diretamente vinculada à do turismo, visto esta última, depender, via de regra, justamente das produções culturais criadas pelas sociedades. Assim sendo, é justo que estas sejam sempre as protagonistas e tenham os ganhos que a atividade turística pode proporcionar, seja ela no campo do reconhecimento e valorização das práticas culturais, seja na esfera econômica.

O equilíbrio do turismo pode se configurar, portanto, como uma das chaves para que o desenvolvimento do setor ocorra de forma a consagrar e integrar culturas, salvaguardando o ambiente cultural e ambiental das comunidades, podendo assim efetuar benefícios a todos os envolvidos, e não apenas a alguns poucos investidores do setor. Para isso, agentes públicos, privados e comunidade devem, cada um a seu modo, atuar e compartilhar responsabilidades em prol da qualidade de vida coletiva, e do bem-estar social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se construiu buscando, preliminarmente, analisar a possibilidade de desvincular o setor do turismo do viés meramente econômico, e adensar o debate acerca da possibilidade de seu fortalecimento, tendo como base o desenvolvimento humano sustentável. Neste contexto, resta evidente que, embora o fator econômico seja um dos eixos do turismo e

da sociedade, na era globalizada e cada vez mais plural no que concerne aos campos identitários, culturais e de desenvolvimento, urge a necessidade de debates que pensem o turismo para além do viés material, mas sim, que o percebam como potência de desenvolvimento humano e social, também, sob a ótica da sustentabilidade.

Neste pensar ousado e humanizado, o turismo seria pensado e fomentado enquanto uma nova pedagogia, a qual contaria com a participação da sociedade civil organizada, bem como dos órgãos e setores competentes atuando e contribuindo, também, em meio às diferenças. Neste sentido, o desenvolvimento turístico sustentável, para além de buscar melhor qualidade de vida aos indivíduos e grupos locais, por consequência, nas ações ligadas ao “bem receber”, estaria harmonizando a preservação do patrimônio natural e cultural, bem como a viabilidade econômica do setor, ao mesmo tempo em que promoveria a equidade social.

Por derradeiro, cabe afirmar que toda operacionalização do turismo pode acarretar pontos positivos e negativos, e, justamente por essa razão, se compreende que um olhar humanizado, que prime pela sustentabilidade, e não apenas para o fator econômico possa, ao mesmo tempo, fortalecer o setor e criar novas alternativas, assim como, promover processos de emancipação humana, seja ela em sua forma individual ou coletiva, na medida em que a participação cidadã contribui sobremaneira neste contexto.

Resta evidente, portanto, que o potencial turístico de cada localidade pode ser, também, uma mola propulsora que fomenta o desenvolvimento cultural, econômico e humano, enquanto um tripé que se complementa por um objetivo comum, qual seja, o turismo sob a ótica do desenvolvimento social e humano.

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, Ana L. de B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Artístico Nacional**, v. 23, p. 95-115. 1994.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORIOLOANO, Luiza Neide Menezes Teixeira. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**. v. I, n. 2, p. 161-171. 2003.

DOI: <https://doi.org/10.62236/missoes.v10i1.212>

ISSN: 2447-0244

DIAS R. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil.** São Paulo: Atlas, 2003

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HANAI, F. Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos e reflexões. **Revista brasileira de Desenvolvimento Regional**, Taubaté - SP, v. 8, n. 1, p. 198-231, jan-abr 2011.

MINHOTO, Laurindo Dias; MARTINS, Carlos Estevam. As redes e o desenvolvimento social. **Cadernos FUNDAP**. n. 22, p.81-101. 2001.

NOGUEIRA, Mário G. O papel do Turismo no desenvolvimento econômico e social do Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, abr.-jun. p. 37-54, 1987.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO - OMT. **Tendências do Turismo Internacional.** O mundo e as Américas. Madrid. Conselho Executivo da OMT, 2001.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

SCHNEIDER, Sérgio. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. Congresso Europeu de Sociologia Rural, **Anais**, Wageningen, 20-24 agosto de 2007. 39 p.

SILVEIRA, M. T. **Política de Turismo.** Oportunidades ao Desenvolvimento Local In: **Turismo Rural**. 1. ed., São Paulo: Contexto, 2001.